

Regulamentação Específica

Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC

[Resolução 66](#), de 9 de novembro de 1998, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Regulamento sobre Divulgação de Listas de Assinantes e de Edição e Distribuição de Lista Telefônica Obrigatória e Gratuita.

[Resolução 86](#), de 30 de dezembro de 1998, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento de Numeração do Serviço Telefônico Fixo Comutado.*

[Resolução 163](#), de 30 de agosto de 1999, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova a Norma 6/99-ANATEL que fixa as “Condições e Critérios de Tarifação e de Remuneração de Redes para Chamadas com Tarifa Única Nacional do Serviço Telefônico Fixo Comutado”.

[Resolução 166](#), de 28 de setembro de 1999, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento para Utilização de Sistemas de Acesso Fixo sem Fio para a Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC.

[Resolução 280](#), de 15 de outubro de 2001, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento para Declaração de Cumprimento de Obrigações de Universalização por Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC destinado ao uso do público em geral.

[Resolução 238](#), de 29 de novembro de 2001, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento para Expedição de Autorização para Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso Público em Geral – STFC.

[Resolução 334](#), de 16 de abril de 2003, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento para Utilização do Cartão Indutivo em Telefone de Uso Público do STFC.

[Decreto 4.769](#), de 27 de junho de 2003 – Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Comutado Prestado no Regime Público – PGMU, e dá outras providências.

[Resolução 341](#), de 20 de junho de 2003, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova os modelos de Contrato de Concessão para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI) e o Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Telefônico Fixo Comutado (PGMQ) (ementa não oficial).

- Modelo de Contrato de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado – modalidade local.

- Modelo de Contrato de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado – modalidade LDN.

- Modelo de Contrato de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado – modalidade LDI.

- Plano Geral de Metas da Qualidade para o Serviço Telefônico Fixo Comutado.

[Resolução 345](#), de 18 de julho de 2003, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento sobre Fornecimento da Relação de Assinantes pelas Prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado na Modalidade de Serviço Local.

[Resolução 357](#), de 15 de março de 2004, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento sobre as Condições de Acesso e Fruição dos Serviços de Utilidade Pública e de Apoio ao STFC.

[Resolução 373](#), de 3 de junho de 2004, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC, dá nova redação ao inciso I do art. 3º a ao art. 43 do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado e dá outras providências.

[Resolução 377](#), de 13 de setembro de 2004, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova a adaptação do Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC, para concessão de prazos para efeito de ajustes de caráter técnico-operacionais, aprovada pela Resolução 373, de 3 de junho de 2004.

[Decreto 5.296](#), de 2 de dezembro de 2004 – Regulamenta as Leis 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

[Resolução 388](#), de 7 de dezembro de 2004, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova a Norma sobre Condições de Prestação de Serviços de Telefonia para as Chamadas Destinadas a “Assinante 0300”.

[Resolução 389](#), de 9 de dezembro de 2004, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Altera o Anexo II do Regulamento sobre áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC.

[Resolução 403](#), de 5 de maio de 2005, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Altera o Anexo II do Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC.

[Resolução 417](#), de 17 de outubro de 2005, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento de Indicadores de Qualidade do Serviço Telefônico Fixo Comutado – RIQ.

[Resolução 423](#), de 6 de dezembro de 2005, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova a Norma para Alteração da Tarifação do Plano Básico do Serviço Público Telefônico Fixo Comutado na Modalidade Local Prestado no Regime Público.

[Resolução 424](#), de 6 de dezembro de 2005, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento de Tarifação do Serviço Público Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC – Prestado no Regime Público.

[Resolução 426](#), de 9 de dezembro de 2005, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC.

[Resolução 427](#), de 16 de dezembro de 2005, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento do Acesso Individual Classe Especial – AICE, do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do Público em Geral – STFC, prestado em regime público.

[Resolução 447](#), de 19 de outubro de 2006, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento do controle de Bens Reversíveis.

[Resolução 450](#), de 7 de dezembro de 2006, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova Plano Alternativo de Serviço de Oferta Obrigatória na modalidade local para implementação pelas Concessionárias do STFC e dá outras providências.

[Decreto 6.039](#), de 7 de fevereiro de 2007 – Aprova o Plano de Metas para as Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado em Instituições de Assistência às Pessoas com Deficiência Auditiva.

[Resolução 458](#), de 8 de fevereiro de 2007, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Regulamento de Remuneração pelo uso de redes de prestadoras do STFC (ementa não oficial).

[Resolução 459](#), de 5 de março de 2007, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento de Características de Funcionamento de Telefone de Uso Público de STFC.

[Resolução 463](#), de 26 de abril de 2007, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Altera o Anexo II do Regulamento sobre as Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do

Público em Geral – STFC, aprovada pela [Resolução 373](#) de 3 de junho de 2004.

[Resolução 465](#), de 8 de maio de 2007, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento para utilização do Terminal de Acesso Público – TAP.

[Resolução 471](#), de 5 de julho de 2007, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento para Certificação do Cartão Indutivo.

[Resolução 475](#), de 2 de agosto de 2007, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Altera os Anexos I e II do Regulamento sobre Áreas Locais para o STGC, aprovado pela [Resolução 373](#) de 3 de junho de 2004.

[Resolução 490](#), de 24 de janeiro de 2008, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento de Conselho de Usuários do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC.

[Resolução 507](#), de 16 de julho de 2008, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Norma de Metodologia para Cálculo do Fator x (ementa não oficial).

[Resolução 509](#), de 14 de agosto de 2008, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento da Central de Intermediação de Comunicação telefônica a ser utilizada por pessoas portadoras de deficiência auditiva ou da fala – CIC.

[Decreto 6.654](#), de 20 de novembro de 2008 – Aprova o Plano Geral de Outorgas de Serviços de Telecomunicações prestado no regime público.

[Resolução 536](#), de 9 de novembro de 2009, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento de Acompanhamento e Controle e Obrigações de Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso público em geral (STFC), e dá outras providências.

[Resolução 539](#), de 23 de fevereiro de 2010, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento do Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado em Regime Público (PGMU), aprovado pelo Decreto 4.769, de 27 de junho de 2003, alterando pelo Decreto 6.424, de 4 de abril de 2008.

Serviço Móvel Pessoal – SMP

[Resolução 298](#), de 29 de maio de 2002, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento de Numeração para a Identificação de Acessos, Interfaces e elementos de Redes do Serviço Móvel Pessoal – SMP.

[Resolução 301](#), de 20 de junho de 2002, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento de Numeração do Serviço Móvel Pessoal – SMP.

[Resolução 317](#), de 27 de setembro de 2002, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Móvel Pessoal – SMP.

[Resolução 321](#), de 27 de setembro de 2002, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Plano Geral de Autorização de Serviço Móvel Pessoal – PGA – SMP.

[Resolução 335](#), de 17 de abril de 2003, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento de Indicadores de Qualidade do Serviço Móvel Pessoa – SMP.

[Resolução 336](#), de 24 de abril de 2003, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova as disposições Gerais para Roaming Internacional e Coordenação de Frequência do Serviço Móvel Celular no âmbito do Mercosul.

[Resolução 339](#), de 22 de maio de 2003, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Dispõe sobre os aspectos técnico-operacionais da implementação do Código de Seleção de Prestadora – CPS no Serviço Móvel Pessoal – SMP.

[Lei 10.703](#), de 18 de julho de 2003 – Dispõe sobre o cadastramento de usuários de telefones celulares pré-pagos e dá outras providências.

[Resolução 351](#), de 1º de outubro de 2003, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova a Proposta de destinação da série de Códigos de Acesso de usuários no formato 7N7N6N5+N4N3N2N1 para os serviços móveis de interesse coletivo.

[Resolução 436](#), de 22 de junho de 2006, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova a Norma de Informação sobre Prestação do Serviço Móvel Pessoal – SMP.

[Resolução 438](#), de 10 de julho de 2006, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do Serviço Móvel Pessoal – SMP.

[Resolução 477](#), de 7 de agosto de 2007, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP.

Serviço de Televisão por Assinatura

[Decreto 95.744](#), de 23 de fevereiro de 1988 – Aprova o Regulamento do Serviço Especial de Televisão por Assinatura – TVA.

[Lei 8.977](#), de 6 de janeiro de 1995 – Dispõe sobre o serviço de TV a cabo e dá outras providências.

[Decreto 2.206](#), de 14 de abril de 1997 – Aprova o Regulamento do Serviço de TV a Cabo.

[Portaria 254](#), de 16 de abril de 1997, do Ministério das Comunicações – MC-Norma 2/94 – Rev./97 – Norma do Serviço de MMDS (ementa não oficial).

[Portaria 256](#), de 18 de abril de 1997, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Norma 13/96 – Norma do Serviço de TV a cabo (ementa não oficial).

[Portaria 321](#), de 21 de maio de 1997, Ministério das Comunicações – MC – Norma 8/97 – Norma do Serviço de DTH (ementa não oficial).

[Portaria 399](#), de 18 de agosto de 1997, Ministério das Comunicações – MC – Republica o planejamento da implementação dos Serviços de TV a Cabo e de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS) (ementa não oficial).

[Resolução 186](#), de 16 de novembro de 1999, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Designa as localidades contidas nas áreas de prestação do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS) e fixa as características técnicas das respectivas estações.

[Ato 47.313](#), de 18 de outubro de 1999, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Tempo de Irradiação Diária para as Concessionárias de TVA (ementa não oficial).

[Resolução 411](#), de 14 de julho de 2005, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Plano Geral de Metas de Qualidade para os serviços de televisão por assinatura (PGMQ – televisão por assinatura).

[Resolução 488](#), de 3 de dezembro de 2007, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura.

Espectros Radiofrequência

[Resolução 259](#), de 19 de abril de 2001, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequência.

[Resolução 295](#), de 19 de abril de 2002, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Destinar faixas de radiofrequência para uso do Serviço de Comunicação Multimídia – SCM e do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao uso Público em Geral -STFC.

[Resolução 303](#), de 2 de julho de 2002, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento sobre Limitação da

Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos na Faixa da Radiofrequência entre 9 kHz e 300 GHz.

[Resolução 307](#), de 14 de agosto de 2002, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequência da faixa 10,5 Ghz.

[Resolução 387](#), de 3 de novembro de 2004, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova a Alteração do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência.

[Resolução 391](#), de 24 de janeiro de 2005, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequência na Faixa de 1452 MHz a 1472 MHz e Atribui a Faixa de Radiofrequência 1452 MHz a 1492 MHz adicionalmente ao Serviço Móvel, no Brasil, em caráter primário.

[Resolução 395](#), de 28 de fevereiro de 2005, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento sobre Canalização e Condição de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 411,675 MHz a 415,850 MHz e de 421,675 MHz a 425,850 MHz.

[Resolução 397](#), de 6 de abril de 2005, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa 2.400 MHz a 2.483 MHz por Equipamentos Utilizando Tecnologia de Espalhamento Espectral ou Tecnologia de Multiplexação Ortogonal por Divisão de Frequência.

[Resolução 429](#), de 13 de fevereiro de 2006, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequência nas Faixas de 2.170 MHz a 2.182 MHz e de 2.500 MHz a 2.690 MHz.

[Resolução 452](#), de 11 de dezembro de 2006, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências pelo Serviço de Radioamador.

[Resolução 453](#), de 11 de dezembro de 2006, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento sobre Condições de Uso das Subfaixas de Radiofrequências de 1.880 MHz de 1.885 MHz, de 1.895 MHz a 1.920 MHz e de 1.975 MHz a 1.990 MHz.

[Resolução 454](#), de 11 de dezembro de 2006, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 800 MHz, 900 MHz, 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.100 MHz.

[Resolução 457](#), de 18 de janeiro de 2007, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento sobre Autorização de Uso de Temporário de Radiofrequência.

[Resolução 461](#), de 29 de março de 2007, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Destina a faixa de radiofrequência de 24,05 GHz a 24,25 GHz, para o Serviço Limitado Especializado em Aplicações de Radiolocalização.

[Resolução 469](#), de 19 de junho de 2007, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Atribui a faixa de radiofrequências de 4.990 MHz ao serviço móvel, em caráter primário.

[Resolução 495](#), de 24 de março de 2008, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Faixa de Radiofrequência de 5 GHz.

[Resolução 506](#), de 1º de abril de 2008, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento sobre Equipamentos de Radiocomunicação de Radiação restrita.

[Resolução 527](#), de 8 de abril de 2009, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento sobre as Condições de Uso de Radiofrequência por Sistemas de banda Larga por meio de Redes de Energia Elétrica.

[Ato 2.576](#), de 15 de maio de 2009, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova a edição de 2009 do Plano de atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequência no Brasil (ementa não oficial).

[Resolução 537](#), de 17 de fevereiro de 2010, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Republica com alterações, o Regulamento sobre condições de Uso de Faixa de Radiofrequência de 3,5 GHz.

Serviço de Comunicação Multimídia – SCM

Serviço de Acesso Condicionado – SeAC

[Lei 12.485](#), de 12 de setembro de 2011 – Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

[Resolução 581](#), de 26 de março de 2012, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) bem como a prestação do Serviço de TV a Cabo (TVC), do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), do Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH) e do Serviço Especial de Televisão por Assinatura (TVA).

Certificação e Homologação

[Resolução 242](#), de 30 de dezembro de 2000, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para as Telecomunicações.

[Resolução 323](#), de 7 de novembro de 2002, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova a Norma para Certificação de Produtos para Telecomunicações.

[Resolução 442](#), de 21 de julho de 2006, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento para Certificação de Equipamentos de Telecomunicações quanto a Aspectos de Compatibilidade Eletromagnética.

[Resolução 482](#), de 25 de novembro de 2007, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova a Norma para Certificação e Homologação de telefone de Uso Público.

[Resolução 492](#), de 19 de fevereiro de 2008, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova a Norma para Certificação e Homologação de Transmissores e Transceptores Digitais para Serviço Fixo em Aplicações Ponto- Multiponto nas Faixas de Frequência acima de 1 GHz.

[Resolução 529](#), de 3 de junho de 2009, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento para certificações de Equipamentos de Telecomunicações quanto aos aspectos de Segurança Elétrica.

Outros

[Resolução 24](#), de 22 de setembro de 1966, do Conselho Nacional de Telecomunicações – CONTEL – Aprova a NCT 22 – Serviço Especial para Fins Científicos ou Experimentais.

[Instrução 4](#), de 16 de julho de 1981, do Departamento Nacional de Telecomunicações – DENTEL – Estabelece procedimentos para a execução do Serviço Móvel Marítimo – Estações de Navio.

[Instrução 10](#), de 16 de julho de 1981, Departamento Nacional de Telecomunicações – DENTEL – Estabelece procedimentos para outorga e licenciamento do Serviço Limitado – Classe Móvel Marítimo: Estações Costeiras e Estações Portuárias.

[Portaria 44](#), de 3 de março de 1982, do Ministério das Comunicações – MC – Aprova a Norma 1/82 – Serviço de Rádio Taxi.

[Portaria 90](#), de 9 de abril de 1986, do Ministério das Comunicações – MC – Aprova a Norma 4/86 – Estabelece as condições para e execução do Serviço Especial de Supervisão e Controle.

[Decreto 2.196](#), de 8 de abril de 1997 – Aprova o Regulamento de Serviços Especiais.

[Decreto 2.196](#), de 8 de abril de 1997 – Aprova o Regulamento de Serviço Limitado.

[Decreto 2.196](#), de 8 de abril de 1997 – Aprova o Regulamento de Serviços Públicos Restritos.

[Portaria 322](#), de 21 de maio de 1997, do Ministério das Comunicações – MC – Aprova a Norma 5/94 – Rev. /97 – Serviço de Radiocomunicação Aeronáutica Público-Restrito.

[Portaria 455](#), de 18 de setembro de 1997, do Ministério das Comunicações – MC – Aprova a Norma 13/97 – Serviço Limitado (ementa não oficial).

[Portaria 558](#), de 3 de novembro de 1997, do Ministério das Comunicações – MC – Aprova a Norma 15/97 – Serviço Especial de Radiochamada (ementa não oficial).

[Portaria 560](#), de 3 de novembro de 1997, do Ministério das Comunicações – MC – Aprova a Norma 16/97 – Serviço Móvel Global por Satélite não Gestacionário (ementa não oficial).

[Resolução 171](#), de 8 de outubro de 1999, da Agência Nacional de telecomunicações – ANATEL – Aprova o Plano de Autorização do Serviço Especial de Radiochamada – SER.

[Resolução 196](#), de 15 de dezembro de 1999, da Agência Nacional de telecomunicações – ANATEL – Aprova a Norma 8/99 – Condições para a Aplicação do Plano de autorização do Serviço Especial de Radiochamada.

[Resolução 220](#), de 5 de abril de 2000, da Agência Nacional de telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite para Transporte de Sinais de Telecomunicações.

[Resolução 272](#), de 9 de agosto de 2001, da Agência Nacional de telecomunicações – ANATEL – Aprova o Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia.

[Súmula 6](#), de 24 de janeiro de 2002, da Agência Nacional de telecomunicações – ANATEL – Serviço de Comunicação Multimídia (ementa não oficial).

[Resolução 328](#), de 29 de janeiro de 2003, da Agência Nacional de telecomunicações – ANATEL – Aprova os modelos de Termo de Autorização para Exploração de Serviços de Comunicação Multimídia, de interesse coletivo.

[Resolução 404](#), de 5 de maio de 2005, da Agência Nacional de telecomunicações – ANATEL – Aprova as alterações no regulamento do Serviço Móvel Especializado – SME.

[Resolução 405](#), de 5 de maio de 2005, da Agência Nacional de telecomunicações – ANATEL – Aprova alterações no Plano Geral de Autorização do Serviço Móvel Especializado – SME.

[Resolução 406](#), de 5 de maio de 2005, da Agência Nacional de telecomunicações – ANATEL – Aprova alterações na Norma sobre Critérios de remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras de Serviços Móvel especializado – SME.